



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação,
Políticas
e Expansão
da Educação
Brasileira 6**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 6 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 6)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-463-4 DOI 10.22533/at.ed.634191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES DE AÇÕES	
Adriane Sanae Matuo Tacahashi Heloisa Toshie Irie Saito	
DOI 10.22533/at.ed.6341910071	
CAPÍTULO 2	10
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA	
Edjôfre Coelho de Oliveira Claudiana Sousa Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6341910072	
CAPÍTULO 3	25
A INTERVENÇÃO MUSICAL COM BEBÊS EM RISCO PSÍQUICO	
Aruna Noal Correa Ana Paula Ramos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6341910073	
CAPÍTULO 4	36
A PRÉ-ESCOLA E A EMENDA 59/09 NO MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS	
Mariane Vieira Gonçalves Ana Cláudia Von Wurmb da Silva Vera Dausacker	
DOI 10.22533/at.ed.6341910074	
CAPÍTULO 5	49
BEBÊS EM BERÇÁRIO: EXPLORAÇÃO SONORO-MUSICAL COTIDIANA	
Aruna Noal Correa Cláudia Ribeiro Bellochio	
DOI 10.22533/at.ed.6341910075	
CAPÍTULO 6	59
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO (NO) CORPO – A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE NA INFÂNCIA	
Deborah Kramer	
DOI 10.22533/at.ed.6341910076	
CAPÍTULO 7	67
COSTURINHAS: ALINHAVANDO AUTORIAS	
Marcelo Magalhães Foohs Ester Julice dos Santos Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.6341910077	

CAPÍTULO 8	75
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB	
Naara Queiroz de Melo Melânia Mendonça Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.6341910078	
CAPÍTULO 9	79
EXPERIÊNCIAS NARRADAS CORPORALMENTE E AS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luciana Silvia Evangelista Mônica Caldas Ehrenberg	
DOI 10.22533/at.ed.6341910079	
CAPÍTULO 10	95
FIGUEIREDO PIMENTEL: DO NATURALISMO À BIBLIOTHECA INFANTIL	
Soyane da Silva Santos Janahina de Oliveira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.63419100710	
CAPÍTULO 11	105
FILOSOFIA E INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS	
Williams Nunes da Cunha Junior Dariely Lays Monteiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.63419100711	
CAPÍTULO 12	115
MUSICALIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CRIANÇAS PEQUENINHAS E SUAS EXPLORAÇÕES MUSICAIS	
Maria Cristina Albino Galera Marta Regina Paulo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63419100712	
CAPÍTULO 13	131
O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO, O PNAIC E A NOVA VERSÃO DA BNCC: ENTRE TENSÕES E DESAFIOS	
Claudia de Souza Lino Claudia de Oliveira Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.63419100713	
CAPÍTULO 14	144
POLÍTICA DE “UNIVERSALIZAÇÃO” DA PRÉ-ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB (2014-2016)	
Kilma Wayne Silva de Sousa Melânia Mendonça Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.63419100714	

CAPÍTULO 15	157
POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PESQUISA EM DUAS EMEIS DE SANTA MARIA - RS	
Andressa Wiedenhof Marafiga	
Jucilene Hundertmarck	
Taciana Camera Segat	
DOI 10.22533/at.ed.63419100715	
CAPÍTULO 16	169
SER CRIANÇA, SER BRINCANTE: REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Michaelly Calixto dos Santos	
Priscila Gomes dos Santos	
Sayarah Carol Mesquita dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.63419100716	
CAPÍTULO 17	179
SOBRE DIVERTIR, EDUCAR E INSTRUIR AS CRIANÇAS: O CASO DA REVISTA <i>VIDA INFANTIL</i> (1947-1951)	
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.63419100717	
CAPÍTULO 18	193
O EFEITO DAS SESSÕES DE EDUCAÇÃO PARENTAL SOBRE AS PRÁTICAS DOS PAIS/ CUIDADORES RESIDENTES NO DISTRITO DE MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO, TAL COMO PERCEBIDO PELAS PARTICIPANTES E FACILITADORAS	
Lucena Albino Muianga	
DOI 10.22533/at.ed.63419100718	
CAPÍTULO 19	208
“ <i>CRIANÇA NÃO TRABALHA, CRIANÇA DÁ TRABALHO</i> ”: DO CANTO AO DESENCANTO DOS DIREITOS INFANTIS SOB OLHARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA	
Maria Cristina Silva Torres Soares	
Claine Gonçalves Nery	
DOI 10.22533/at.ed.63419100719	
CAPÍTULO 20	217
A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: DO ONÍRICO AO REAL – POSSIBILIDADES	
Enéas Machado	
Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63419100720	
CAPÍTULO 21	225
CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA REFLEXÃO DO PAPEL DO PROFESSOR: EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Deine Queiroz da Conceição	
Marcela Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.63419100721	
CAPÍTULO 22	229
CURRÍCULO INTEGRADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES NO PROEJA	
Gilvana Mendes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.63419100722	

CAPÍTULO 23	242
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA PROPOSTA DO PROJovem URBANO: EMBATES E DESAFIOS	
Marcos Torres Carneiro Maria Aparecida de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.63419100723	
CAPÍTULO 24	247
MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS E OS DILEMAS ENFRENTADOS PELA JUVENTUDE EM BUSCA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Yossonale Viana Alves Márcio Adriano de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.63419100724	
CAPÍTULO 25	262
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NO RIO GRANDE DO NORTE: ALGUMAS REFLEXÕES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.63419100725	
CAPÍTULO 26	275
CENÁRIOS DO CONTEXTO EDUCACIONAL: GÊNERO, INFÂNCIA E (IN) DISCIPLINA	
Franciéli Artl Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.63419100726	
CAPÍTULO 27	286
DIVERSIDADE DE PÚBLICO E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Maria Aparecida dos Santos Do Nascimento Sílvia da Aparecida Cavalheiro	
DOI 10.22533/at.ed.63419100727	
CAPÍTULO 28	302
PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS	
Kátia Batista Martins Adriana Cristina de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.63419100728	
CAPÍTULO 29	319
UM MODELO DIDÁTICO DO GÊNERO CURIOSIDADE CIENTÍFICA PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Flávia Simões de Moura Luzia Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.63419100729	
SOBRE O ORGANIZADOR	331

MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS E OS DILEMAS ENFRENTADOS PELA JUVENTUDE EM BUSCA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Yossonale Viana Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Márcio Adriano de Azevedo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

RESUMO: Propõe-se analisar, nesta comunicação, a educação, o trabalho e a juventude como base para compreender a educação profissional, apresentando os marcos conceituais e legais, para identificar os dilemas enfrentados para resgatar a relação histórica e dialética da formação dos jovens para o trabalho, ante os desafios e impedimentos concretos materializados de forma indiscriminada na educação dual brasileira pelas contendas postas a esses sujeitos. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental na qual fazemos por meio de uma abordagem histórico-crítica uma análise das relações entre educação, trabalho e juventude tendo como referentes autores que discutem as implicações dessas relações, bem como documentos que legitimam as políticas direcionadas para a juventude no Brasil. Considera-se que a reestruturação econômica proporcionada pela transformação tecnológica redefiniu de forma constante e perene as demandas do mercado por especializações baseadas no componente

saber, produzindo impactos na carreira profissional dos trabalhadores, especialmente dos jovens vulneráveis que foram os mais afetados pelas reestruturações econômicas e pela dinâmica do mercado de trabalho. Essa constatação nos convida a refletir sobre a natureza do trabalho e da educação para os jovens da classe trabalhadora, pois além da tradicional educação profissional para a produção fabril de bens físicos, a sociedade capitalista se apoia atualmente na produção de bens imateriais, como informação e conhecimento o que torna as dinâmicas produtivas complexas e diversificadas, demandando novos perfis de profissionais, cuja criatividade e capacidade de adaptação superam o conhecimento operacional, instrumental e especializado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Trabalho; Educação; Juventude.

1 | INTRODUÇÃO

Propomo-nos a analisar, nesta comunicação, a educação, o trabalho e a juventude como base para compreender a educação profissional, apresentando os marcos conceituais e legais, para nesses identificar os dilemas enfrentados para resgatar a relação histórica e dialética da formação dos jovens para o trabalho, ante os desafios e impedimentos

concretos materializados de forma indiscriminada na educação dual brasileira pelas contendas postas a esses sujeitos.

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental na qual fazemos por meio de uma abordagem histórico-crítica uma análise das relações entre educação, trabalho e juventude tendo como referentes autores que discutem as implicações dessas relações, bem como documentos que legitimam as políticas direcionadas para a juventude no Brasil.

Consideramos que a reestruturação econômica proporcionada pela transformação tecnológica redefiniu de forma constante e perene as demandas do mercado por especializações baseadas no componente saber. Isso produziu impactos na carreira profissional dos trabalhadores, especialmente dos jovens mais vulneráveis que foram os mais afetados pelas reestruturações econômicas e pela dinâmica do mercado de trabalho o que produziu um sentimento relacionado ao medo de ser um sobranço nesse mercado.

Essa constatação nos convida a refletir sobre a natureza do trabalho e da educação para os jovens da classe trabalhadora, pois além da tradicional educação profissional para a produção fabril de bens físicos, a sociedade capitalista se apoia atualmente na produção de bens imateriais, como informação e conhecimento o que torna as dinâmicas produtivas complexas e diversificadas, demandando novos perfis de profissionais, cuja criatividade e capacidade de adaptação superam o conhecimento operacional, instrumental e especializado.

O mercado de trabalho envolve mais e mais a necessidade de articular ideias, inovar, produzir e gerenciar conteúdos o que exige uma educação emancipatória e integral.

Destarte, a educação diante das mudanças econômicas deveria assumir um caráter de responder às exigências do mundo do trabalho além de possibilitar a formação do jovem como cidadão.

2 | EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE: MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS

As relações entre educação e trabalho são extremamente complexas e tem suscitado múltiplas e diferenciadas interpretações no plano social, econômico, político e cultural. Igualmente, a associação entre educação e trabalho pode ser vista sob a ótica da educação unitária, formulada por Gramsci (2001) em sua obra *Cadernos do Cárcere*¹. Neste registro, há a proposição de sólida preparação técnico-científica, integrada a uma base humanista e de cultura geral, tendo como perspectiva a luta pela igualdade social, pela crítica ao fato de o Estado ser fundado na lógica do capital

1. Os *Cadernos do Cárcere* são um conjunto de 29 cadernos de tipo escolar escritos por Antonio Gramsci (filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano) no período em que esteve prisioneiro na Itália, entre 1926 e 1937. Na verdade, os *Cadernos* começaram a ser redigidos em 1929, no cárcere de Turi, pouco depois de Gramsci ter obtido autorização para estudar e escrever.

dependente².

A proposta de Gramsci para uma escola unitária é que promova a maturidade intelectual e está diretamente associada ao seu posicionamento político claramente comprometido com a classe trabalhadora. O pensador apresentou este desafio: construir uma verdadeira “escola unitária”, incumbida da “[...] tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa”. (GRAMSCI, 2001, p. 121).

As ponderações de Gramsci (2001) permitiram compreender a importância que se atribuiu à escola, a partir do final do século XIX, uma vez que se tornou uma das maiores organizações capazes de movimentar o conteúdo ideológico e ético da sociedade civil e política. Na obra supra referenciada, o autor resgata a dimensão ontológica na qual Marx considerava o ser na incessante busca por satisfazer suas necessidades humanas e imediatas, ou seja, no processo de trabalho, que se mostrava como a única forma de humanizar-se, de sobreviver às intempéries da natureza e dominá-la. Note-se que

[...] o primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. [...]. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 1986, p. 27-28).

Conforme o pensamento gramsciano, a educação é um processo contínuo e a escola uma via fundamental para sua realização na perspectiva de formação humana, considerando a disciplina no agir, lugar onde o indivíduo aprende à medida que faz escolhas. Essa capacidade de seleção modifica e transforma as coisas. De tal modo, a educação, entendida como processo de formação do homem na sociedade, se constrói no processo de convivência social, buscando-se instrução e aprendizado não só na escola, mas, sobretudo, na vida.

A esse respeito, Frigotto (2005) mostra que a educação tem um papel fundamental para a evolução do capitalismo. A materialização acontece em povos que cindem a sociedade e a educação: esta última entendida como formação para as classes privilegiadas de um lado e para as não beneficiadas de outro. Em sociedades como a brasileira, a promoção das desigualdades é reforçada, dentre outras formas, por meio da educação profissional, que incute nos estudantes a ideia de que, para eles conseguirem um emprego, precisam ser cidadãos produtivos, adaptados, adestrados e treinados. Consequentemente, a formação é abalizada pelo viés economicista,

2: O capitalismo dependente, em Florestan, é uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente, como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial, como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas, e, como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas.

fragmentário e tecnicista.

Adverta-se a necessidade de se fazer a crítica à relação hegemônica entre trabalho e educação, para que seja possível definir qual é a perspectiva contra hegemônica a ser seguida. Na relação entre trabalho e educação, o autor explica que é preciso ter cuidado com o conceito de trabalho como princípio educativo. Acrescenta que, muitas vezes, o trabalho, em tal acepção, foi tomado como metodologia no sentido do aprender fazendo, o que, segundo o pesquisador, embora não seja desprezível, reduz muito o sentido do princípio educativo do trabalho na forma como é conceituado por Gramsci (2001).

No contexto da relação entre capital e trabalho, a educação foi instituída para tentar resolver os problemas e as crises econômicas, mas é incapaz de superá-las. Por esse ângulo, Saviani (1996) aduz que a escola é ao mesmo tempo desvalorizada e hipertrofiada, e também ampliada e esvaziada, porque a partir do momento em que a humanidade é dividida em classes, instituiu-se a escola, com essa divisão, colocando as pessoas em posições antagônicas, poucas de uma classe que explora e domina, e muitas de uma classe que é explorada e dominada. Porém, a escola que é defendida pela sociedade burguesa (aquela universal, gratuita, obrigatória e para todos) torna-se contraditória, porque se volta às elites, tendo o trabalho intelectual como a base de sua formação. A escola ofertada aos segmentos pobres da população limita-se ao ensino básico, com o objetivo de promover algumas habilidades e competências mínimas de formação profissional para o mercado.

A relação predominante entre trabalho e educação desconstrói o que a própria burguesia construiu, com a ideia de competência³. À vista disso, não se trabalha mais qualificação, define-se competência, porque qualificação está vinculada a um tempo histórico, a direitos e a sindicatos que lutam por esses direitos. A ideia é ser um trabalhador com qualidade total, que produza no menor espaço de tempo, com qualidade, com o menor custo. Não compete a ele discutir nem o processo, nem a política, apenas fazer bem feito o que se diz para fazer. (FRIGOTTO, 2005).

Percebe-se, portanto, que o capital tende a buscar novas formas de gerenciamento da produção, criando mecanismos de aumento das taxas de acumulação. Para isso, exige dos trabalhadores novos comportamentos e atitudes no que diz respeito ao seu maior envolvimento com o processo produtivo. Todavia, questiona-se até que ponto as novas formas de produção de mercadorias reclamam uma maior qualificação dos trabalhadores, e a que custo.

A educação não só no Brasil sempre esteve ligada às constantes transformações econômicas, políticas e culturais do sistema capitalista mundial. Decorre, sobretudo, de sua proximidade com a vida profissional das pessoas, fortemente relacionada aos acontecimentos mundiais que interferem nas formas de organização da produção e,

3. No que se refere ao conceito de competência, Oliveira (2003), baseado numa definição expressa no Dicionário Larousse, define-a como sendo o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, a consulta, a decisão de tudo que concerne seu ofício, destacando que tal conceito não pode ser separado de sua dimensão prática.

consequentemente, no modo de vida das pessoas. Dessa maneira, pode-se traçar um paralelo entre relevantes fatos históricos da sociedade capitalista e as principais reformas educacionais do fim do século XX, desenvolvidas na tentativa de adaptar o processo escolar às demandas de desenvolvimento do capitalismo, em particular à luz da ideologia neoliberal, a qual se materializou na educação a partir dos anos de 1990, com as diversas reformas educativas no setor público, como mostram Silva e Azevedo (2012). Na educação, em particular,

[...] Apesar de os acordos enfatizarem a educação em um contexto mais amplo, as atenções para as ações da reforma educativa voltaram-se à Educação Básica e, no Brasil, especificamente, ao Ensino Fundamental. As diversas estratégias, programas e projetos que empunhavam as reformas educativas, a partir dos anos de 1990, concentraram-se em quatro eixos: a) gestão; b) qualidade e equidade; c) profissionalização docente; d) financiamento [...]. (SILVA; AZEVEDO, 2012, p. 257).

Na década de 1990, a educação é marcada por reformas operacionalizadas pelo governo brasileiro, provocando mudanças nos vários níveis e modalidades de ensino. Para entendermos esse processo, que permeia o sistema educacional brasileiro, é necessário situá-lo diante da reestruturação da organização do trabalho capitalista e dos novos modelos de gestão, bem como discuti-lo no contexto da reforma do Estado por intermédio de uma perspectiva econômico-política.

Libâneo (2005) aduz que a globalização pode designar “[...] uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito da época e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra” (LIBÂNEO, 2005, p. 51). O autor avança em sua análise, afirmando que, embora o termo globalização possa sugerir a ideia de inclusão de todos os países e de todas as pessoas, com acessibilidade a mercadorias e serviços, geralmente não é isso o que acontece. A globalização rompe fronteiras, acirra a competitividade entre os países, enfraquece governos, apregoando a minimização do Estado como instrumento de equalização, e promovendo a perda da identidade nacional.

Os acontecimentos mundiais repercutem na educação escolar de várias formas, modificando os objetivos e as prioridades da escola, estabelecendo finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado. Nesse ponto de vista, [...] “as reformas educativas executadas em vários países do mundo europeu e americano, nos últimos 20 anos, coincidem com a reposição do sistema capitalista mundial”. (LIBÂNEO, 2005, p. 33). Sendo assim, constata-se que a forma como se organiza a produção, em cada época, decorre, sobretudo, dos avanços tecnológicos que correspondem a uma registrada fase do desenvolvimento capitalista.

Para Antunes (2010), as mudanças no mundo do trabalho são intensas e atingem diretamente a classe que vive do trabalho no que tange a sua materialidade e subjetividade. Aponte-se algumas tendências promovidas: a emergência de formas desregulamentadas de trabalho, acarretando redução do conjunto de trabalhadores estáveis; o surgimento de um novo proletariado fabril (os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre outros); e a exclusão de jovens com idade de ingresso no mercado

de trabalho, que sem perspectivas de emprego acabam, comumente, inserindo-se em trabalhos precarizados ou mesmo fazendo parte da parcela cada vez mais numerosa de desempregados. Esses aspectos que vem minando os sentidos do trabalho nascem para a sociedade, em geral, mascarados sob o discurso de novas formas de gestão do trabalho, o qual compreende, para além de vínculos e condições de trabalho precárias, falas que apoiam a exploração dos trabalhadores, permitindo uma “[...] inserção mais participativa na organização, deixando de ocupar o lugar de meros executores de tarefas predeterminadas para se tornarem ‘colaboradores’, de quem se espera opiniões e sugestões”. (BERNARDO, 2009, p. 19).

Diante do exposto, convém ressaltar que, ao abordar o papel do trabalho na constituição do homem, é impossível desvinculá-lo de sua intrínseca relação com a educação, pois, de acordo com Saviani (2008), a educação praticamente coincide com as origens do próprio ser humano, já que, diferentemente dos animais, os homens adaptam a natureza para produzir suas condições de subsistência; e ao agir sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades, foram se educando nesse processo, pois a educação produz em cada indivíduo singular a humanidade construída pelos homens. Logo, evidencia-se que desde o surgimento dos primeiros grupos humanos está presente a relação entre educação e trabalho.

Por consequência, é preciso compreender os múltiplos movimentos políticos e sociais pelos quais as categorias trabalho e educação perpassaram ao longo da história da sociedade capitalista, posto que os discursos políticos encobrem uma realidade latente no percurso histórico da educação brasileira, forjando uma escola supostamente destinada a todas as crianças, todos os jovens e adultos, homens e mulheres que vivem do trabalho nesta sociedade.

Diante disso, há de se considerar que o sistema de produção capitalista exerce severas influências nas políticas públicas de educação, na dinâmica das instituições de educação e no trabalho de seus colaboradores, especialmente por serem processos regulados pelo Estado.

Em meio às discussões acerca de educação e ao trabalho nas sociedades capitalistas observam-se visões múltiplas da sociedade sobre os jovens nesse universo de relações. Essas visões, muitas vezes se contradizem, se complementam e se sobrepõem. Os jovens, em certo momento, são vistos como provocadores de problemas que necessitam ser enfrentados; noutro segmento vulnerável que precisa ser velado. Coexiste a ideia de juventude como fase transitória, como espera da vida adulta ou fundamental da trajetória de vida.

Em uma sociedade marcada por grandes desigualdades econômicas e sociais, a condição juvenil deve ser versada de forma diversa. As desigualdades, por sua vez, se expressam de diferentes maneiras. Além dos aspectos de cor, raça, gênero, idade, orientação sexual que afetam a juventude como reflexo do quadro de disparidades, destacam-se, ainda, os impactos dessas condições na redução das oportunidades de desenvolvimento dos jovens, tais como a falta de acesso a bens e serviços básicos

(saúde, educação, cultura, lazer, etc), além da famigerada exposição à violência e condições de vulnerabilidade.

Ante a multiplicidade de definições, explicações, contendas, entre outras, que moldam o conceito de juventude, é comum a evocação ao uso do termo “juventudes” no plural, que anuncia a necessidade de construir significados que ponderem a disparidade de maneiras de viver e perceber a condição juvenil, que incorpora a diversidade da realidade dos jovens e se forma a partir de dimensões individuais, sociais, culturais, políticas e econômicas. Assim, os diversos entendimentos sobre juventude têm impactado consideravelmente na formulação de políticas públicas. Os significados atribuídos ao conceito constituem e delimitam socialmente o problema da juventude. As políticas públicas devem suscitar respostas, abrindo o leque de possíveis alternativas e instabilidades.

Portanto, falar sobre políticas para a juventude é algo atual no Brasil, ainda que possam ser identificadas iniciativas dirigidas ao segmento desde meados de 1938, com a criação da Organização Nacional da Juventude (ONJ)⁴. É somente a partir do final da década de 1990, e precisamente, nos últimos anos do século XX, que a temática se firma como um problema político central, transformando-se em pauta relevante para a sociedade e para algumas ações governamentais. Souza (2006) sustenta que:

O marco inicial do discurso dos organismos internacionais sobre a juventude pode ser localizado, no entanto, no ano anterior: 1985, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz” (Resolução 34/151 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1979). Os temas principais do discurso já estavam presentes na Resolução da Assembleia Geral, de novembro de 1985, que recomendava aos governos, órgãos das Nações Unidas e organizações não governamentais, em particular as organizações juvenis, que se esforçassem em aplicar as então firmadas “diretrizes para a planificação de novas medidas e adoção de medidas complementares adequadas na esfera da juventude”. (SOUZA, 2006, p. 68).

Por esse raciocínio, é inegável o papel dos movimentos sociais protagonizados pelos jovens na conquista das liberdades democráticas e garantias universais de direitos na década de 1980⁵, contribuindo para a construção de uma nova noção de cidadania no Brasil. A promulgação da CF/1988 apresenta novos protagonistas da vida social, fortalecendo o papel da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no controle social.

Nos últimos 15 (quinze) anos, o número de programas e projetos federais voltados para a juventude aumentou expressivamente. No período entre 1995 e 2003, o número saltou de 03 (três) para 33 (trinta e três) iniciativas (SPOSITO; CARRANO,

4. Instituição de âmbito nacional e caráter paramilitar criada durante a Era Vargas, determinava que todas as instituições de educação cívica, moral e física existentes no país deveriam se incorporar e subordinar à organização. Esse projeto, porém, foi duramente combatido em razão de seu caráter excessivamente disciplinador e militar. Foi sucessivamente reformulado, mantendo-se até 1945 apenas como um movimento de caráter cívico, voltado para o culto dos símbolos nacionais.

5. Com o fim da ditadura civil/militar, o movimento estudantil voltou às ruas para defender suas bandeiras históricas e a consolidação da democracia no país. Em 1984, a União Nacional dos Estudantes, participou ativamente da campanha das “Diretas Já”, com manifestações e intervenções nos principais comícios populares daquele período.

2003). Quanto aos conteúdos e foco das políticas, ainda é observada uma mudança expressiva, que pretendeu alcançar o jovem infrator, o esportista e o trabalhador, fomentando principalmente o ensino profissionalizante.

A partir da década de 1990, novas dinâmicas passaram a influenciar a construção da agenda política para a juventude. Pode-se observar cada vez mais políticas e iniciativas que vão além da lógica do controle social, prevenção de delito e inserção laboral, incorporando respostas mais amplas às demandas da juventude, como o direito e o incentivo à participação política e social, à autonomia, à cultura, ao espaço público e ao meio ambiente. Tais aspectos apontam para a importância da inclusão pelo enfoque do desenvolvimento integral nas políticas de juventude ou outras políticas direcionadas aos jovens.

Nesse panorama, a juventude passa a se configurar como um dos segmentos sociais de atenção nas políticas públicas. O ECA é um marco no processo desse reconhecimento das crianças e de uma parcela dos adolescentes como sujeitos de direito e de demandas políticas.

Com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, posteriormente materializada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), estabeleceu-se a criação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, o qual se constitui também em ações na área da adolescência e da juventude como segmento social vulnerável. (BRASIL, 1993, 1994).

Entre 1990 e 2004, iniciativas pontuais passam a colocar a juventude na pauta de ações do Estado brasileiro, tendo o debate sobre as políticas públicas obtido alcance nacional, com a realização da Semana Nacional da Juventude pela Câmara dos Deputados, e a elaboração do Relatório Preliminar da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude (CEJUVENT)⁶. Essa Comissão foi destinada a acompanhar e a estudar propostas para o segmento, bem como a instituir um grupo interministerial encarregado das políticas para a juventude. Em 2004, criou-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)⁷, que mapeou e diagnosticou ações governamentais voltadas para a juventude e propôs metas para o segmento.

O ano de 2005 foi significativo para a consolidação de ações governamentais para esse segmento da população, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), composto pelo governo e por membros da sociedade civil, que tinha entre suas atribuições formular e propor diretrizes voltadas para as políticas de juventude. Uma das primeiras políticas decretadas foi o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), criado por intermédio da Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005, com objetivo de proporcionar a formação integral dos jovens, com as dimensões: formação básica, qualificação profissional e o estímulo à participação cidadã. (BRASIL, 2005).

6. Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar as propostas de políticas públicas para juventude.

7. Decreto de 20 de outubro de 2003, institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A realização das Conferências Nacionais de Juventude, em 2008 e 2011, resultaram em diálogos entre Municípios e Estados brasileiros, culminando com a consolidação da dimensão legal da política de juventude, e aprovação do Estatuto da Juventude. Esse Estatuto contém os princípios e as diretrizes que orientam o Poder Público a criar e a organizar políticas para jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, notadamente quando instituiu o direito à educação e à profissionalização, ao trabalho e à renda. (BRASIL, 2013).

O regulamento preceitua que todo jovem tem direito à educação de qualidade, em todos os seus níveis, adaptado às suas necessidades e especificidades. A educação básica é obrigatória e deve ser oferecida gratuitamente a todos, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade adequada, conforme prescreve a Carta Magna de 1988.

A educação básica de qualidade também é um direito garantido pelo Estatuto da Juventude. O jovem tem direito, também, à educação profissional e tecnológica. As escolas e universidades, define o estatuto, devem formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive a programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens.

O Estatuto da Juventude define também como devem se desenvolver ações do poder público para garantir ao jovem a profissionalização, o trabalho e a renda, além da oferta de emprego compatível com o horário de trabalho e estudo, bem como a prevenir contra exploração do trabalho juvenil. Para adolescentes com idades entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, vale o disposto no ECA e em leis específicas. Ressalta, ainda, a importância de políticas afirmativas e como elas devem se expandir pelo ensino superior em instituições públicas, propiciando financiamento e assistência estudantil, bolsas de estudo e transporte escolar. Também são destacadas as necessidades de jovens negros, do campo, indígenas e com deficiência física e mental. É garantida a liberdade de organização dos estudantes e a sua participação efetiva para a gestão democrática das escolas de ensino básico e universidades. (BRASIL, 1990, 2013).

Em âmbito local⁸ e regional⁹, também são encontrados avanços e desafios no que se refere às políticas de juventude. Assim como em âmbito federal, nas últimas décadas tem-se a formulação de políticas focadas na implantação de projetos e programas de juventude e em espaços de participação institucional abertos ao público juvenil. Os municípios brasileiros dependem, entretanto, de recursos das políticas federais, e conseqüentemente, em âmbito local, a autonomia na formulação de projetos públicos foi prejudicada.

Parte considerável dos programas previstos pelas políticas nacionais se concretiza nos municípios, dada a maior proximidade com os grupos e movimentos sociais e

8. O SISMUD tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas à prevenção de uso abusivo de substâncias entorpecentes, à atenção e reinserção social de usuários e dependentes, bem como à repressão ao tráfico de drogas de Natal/RN.

9. Decreto Estadual n.º 20.046, de 21 de setembro de 2007, instituiu o Comitê Estadual de Políticas Públicas Voltadas para a Juventude (Coejuv). É órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Norte para a juventude. In: Governo Civil do Governo do Estado. Decreto Estadual n.º 20.026.

organizações não governamentais, à medida que apresentam condições propícias para iniciativas participativas e criativas, a exemplo do Projovem Adolescente¹⁰. Assim, o papel da juventude é considerado cada vez mais reconhecido como de fundamental importância ao processo de desenvolvimento de qualquer país do mundo. A Organização das Nações Unidas (ONU) deu exemplo ao eleger o ano de 2010 como o Ano Internacional da Juventude, com o objetivo de encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações e estimular os jovens a promover o progresso com ênfase nas metas do desenvolvimento do milênio.

No Quadro 04, são apresentados os avanços da agenda juvenil, no Brasil e no mundo, e alguns fatos que marcaram a Política Nacional de Juventude desde a sua criação em 2005:

Ano	Marcos Políticos da Juventude no Brasil
2005	Lançamento do Projovem
2007	Lançamento do Projovem Integrado
2007	Brasil sedia a 1ª Reunião Especializada da Juventude do Mercosul
2008	1ª Conferência Nacional de Juventude
2008	1º Pacto pela Juventude
2008	Brasil sedia a 4ª sessão da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul
2009	Brasil sedia a 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude
2010	Brasil avoca presidência da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul
2010	2º Pacto pela Juventude
2010	Aprovado o Projeto de Emenda Constitucional da Juventude
2010	Ano Internacional da Juventude
2010	Brasil sedia a Pré-Conferência das Américas e Caribe
2010	1ª Conferência Mundial de Juventude realizada no México
2010	1ª Mostra do Projovem Urbano
2010	Brasil passa a integrar a Organização Internacional da Juventude
2010	Brasil assume a Vice-presidência da Organização Internacional da Juventude na 15ª Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude
2011	Encontro de Alto Nível da Organização das Nações Unidas sobre a Juventude
2011	Aprovação do Estatuto da Juventude pela Câmara Federal
2011	2ª Conferência Nacional de Juventude
2013	Sanção do Estatuto da Juventude pela presidenta Dilma Rousseff
2013	Lançamento do Programa Estação Juventude
2013	Lançamento do Plano Juventude Viva
2013	Lançamento do Participatório
2013	VI Bienal de Jovens Criadores da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
2013	Criação do Comitê Interministerial da Política de Juventude

Quadro 04: Marcos políticos da juventude no Brasil e no Mundo (2005-2013)

Fonte: Elaboração própria adaptado de Brasil (2017).

A inclusão da juventude no debate político é um dos desafios da democracia.

10. O Projovem Adolescente é um dos quatro eixos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, lançado em setembro de 2007, pela Presidência da República do Brasil. In: Secretaria do Governo. Projovem.

Mesmo diante dos avanços das políticas apresentadas no quadro, as diversas noções sobre juventude no Brasil se refletem em ações governamentais, em parte como pontuais e difusas entre os ministérios. Elas contemplam modelos democráticos e participativos, inclusivos e de afirmação de direitos e autonomia dos jovens como modelo de tutela, assistenciais ou exclusivamente voltados para a capacitação do jovem para o mercado de trabalho. Entre esses tem-se: Brasil Alfabetizado e o Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). (BRASIL, 2005).

Considera-se, portanto, que as discussões sobre políticas de juventude devem incluir também aspectos relacionados à capacidade de os governos incorporarem a participação juvenil na proposição, elaboração e avaliação de políticas gerais e programas. A criação de espaços participativos com capacidade de incidência nas políticas públicas é uma demanda recorrente da sociedade civil, mas a abertura ao público juvenil nesses espaços tradicionais ainda é recente.

Mais uma vez encontra-se um terreno permeado por diversas concepções que pouco ajudam a entender as motivações e barreiras à participação social da juventude brasileira. Assumir os jovens como indiferentes ou esperar grande aderência da juventude às formas de participação política tradicionais, como partidos políticos ou espaços de participação institucionalizados, não agrega aspectos necessários para entender a complexidade das *nuances* da participação juvenil e seu papel na construção de uma sociedade democrática. Os espaços tradicionais tendem a ser percebidos como muito distantes da realidade cotidiana dos jovens. (LÂNES, 2006; SAFATLE, 2012).

Assim como falamos de “juventudes” no plural, a colaboração juvenil também se expressa de diversas maneiras, seja através da participação institucional em conselhos e fóruns promovidos pelo poder público local ou nacional, seja por intermédio de formas com enraizamento na comunidade local, nas relações mais próximas aos jovens. Ao mesmo tempo, é necessário atentar para a mobilização juvenil em contextos informais e transitórios e para o crescente papel que exercem em meio às novas tecnologias de informação e comunicação.

Pensar a relação do jovem com o mundo do trabalho vai muito além da elaboração de estratégias para sua inclusão no mundo do trabalho. Entender as motivações juvenis, os desafios impostos à educação e a atual estrutura desse universo de trabalho é fator determinante para uma análise dessa relação. Se por um lado o trabalho, para os jovens, está relacionado com a busca de emancipação financeira que possibilite acesso ao consumo e ao lazer, não podemos ignorar que para a grande maioria dos jovens brasileiros trabalhar é imprescindível a sua sobrevivência pessoal e familiar.

A ampliação e a consolidação, na última década, do investimento em políticas sociais de inclusão resultaram em grande mobilidade social, redução expressiva da pobreza, inclusão de milhões de brasileiros no mercado de consumo, ampliação do emprego formal e queda do desemprego e da desigualdade de renda do trabalho.

Apesar de os indicadores¹¹ sociais e econômicos apresentarem nítida melhora em anos passados, indica também que a condição de trabalho sofreu profundas alterações, impactando, consideravelmente, os jovens que entram atualmente no mercado de trabalho.

As mudanças estruturais das relações salariais, empreendidas fundamentalmente durante a década de 1990, se caracterizaram pela flexibilização das modalidades de contrato de trabalho na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pela geração de postos de trabalho sem proteção social e trabalhista, configurando um mercado de trabalho mais propenso à precariedade, rotatividade e instabilidade. Para, além disso, uma análise mais detalhada explicita que a queda observada no nível de desemprego e no crescimento do emprego formal não se traduz em aumento de renda e estabilidade. Um, quase 80% dos postos de trabalho gerados pertencem ao setor terciário da economia, que utiliza mais as modalidades especiais de contrato de trabalho flexível 72%. Dois, a maior parte dos postos de trabalho criados a partir do movimento de formalização do vínculo empregatício na década de 2000 é de baixa remuneração (ALVES; CORSI, 2010).

Aliada a essa reestruturação econômica, presenciamos uma forte transformação tecnológica, que redefine constantemente as demandas do mercado por especializações baseadas no componente saber, produzindo impacto na carreira profissional dos trabalhadores. Ainda que os jovens mais vulneráveis sejam os maiores afetados pelas reestruturações econômicas, a dinâmica do mercado de trabalho afeta aqueles de todas as classes sociais, produzindo um sentimento relacionado ao medo de sobrar. (NOVAES, 2006).

Entretanto, é também necessário refletir sobre a natureza do trabalho. Além da tradicional produção fabril de bens físicos, a sociedade capitalista se apoia mais na produção de bens imateriais, como informação e conhecimento. As dinâmicas produtivas se tornam complexas e diversificadas, demandando novos perfis de profissionais, cuja criatividade e capacidade de adaptação superam o conhecimento operacional e especializado. O trabalho envolve mais e mais a necessidade de articular ideias, inovar, produzir e gerenciar conteúdo.

As novas formas de produção impactam também na necessidade de reinventar o conceitual relacionado ao trabalho, seja pela indução contínua a novas ocupações, seja pelas modalidades de emprego formal, autônomo, virtual ou pontual.

Destarte, a educação diante das mudanças econômicas assumiu um caráter de responder às exigências do mundo do trabalho, em detrimento de possibilitar a formação de um verdadeiro cidadão, que ao se tornar adulto, adquiri os critérios gerais de desenvolvimento do caráter.

11. Informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgadas pelo Ministério do Trabalho mostram que foram criados 2,52 milhões de empregos com carteira assinada em todo ano de 2010, o que representa recorde histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários. Requerem estruturas de suporte adequadas para desenvolver sua formação integral e também para processar suas buscas, para construir seus projetos e ampliar sua inserção na vida social. Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar, região do País, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc. Em função dessas diferenças, os recursos disponíveis resultam em chances muito distintas de desenvolvimento e inserção.

A participação precoce do adolescente no mercado de trabalho tem provocado muitos questionamentos, dificultando e interferindo na implementação de políticas específicas voltadas para o trabalho do jovem. Sem ressaltar que as políticas públicas educacionais não possuem uma centralidade quando o assunto é educação, servindo-se, muitas vezes, às práticas imediatistas e assistencialistas, que não combatem de forma mais incisiva as vulnerabilidades que os jovens passam como a dificuldade de acesso à educação e ao trabalho.

Em vários momentos, o desemprego se tornou uma condição iminente para os jovens com a qual se deparam constantemente em sua trajetória de vida. A flexibilização de direitos trabalhistas, a terceirização, a precarização do trabalho, a rotatividade, os baixos salários e a exigência de altos níveis de capacitação, são algumas das características das mudanças no mundo do trabalho e que afetam os jovens em sua tentativa de integração social e emancipação.

A juventude contemporânea vive um contrassenso, pois apesar de desfrutar de vantagens educacionais, se comparada às gerações anteriores, vê o valor de seus diplomas despencarem no mercado, isto é, observa-se um tempo de capacitação escolar cada vez mais amplo, enquanto que há menores chances de disputar um posto de trabalho e ganhos condizentes com sua formação. Desse modo, a passagem da dependência para integração plena na sociedade, elemento central da transição para a vida adulta, torna-se cada vez mais nebulosa. Os jovens até experimentam autonomia em alguns aspectos da vida, mas seguem num estado prolongado de semidependência em relação à família, na medida em que as condições para uma emancipação completa não se efetivam. (CANESCHI, 2015).

Resultado disso, a juventude tem experimentado um mal-estar profundo com um modelo social que a rejeita, a deixa vulnerável e lhe tira garantias de um futuro com direitos. Os caminhos da política institucional ecoam como lentos e pouco eficientes para os jovens, de modo que sua “confiança nos governantes” é decrescente. Cada vez mais percebemos a descrença em relação às instituições estatais incapazes de lhes conferir garantias.

Não sem razão, em junho de 2013, o Brasil passou por momentos marcantes com intensas e extraordinárias manifestações de movimentos sociais, protagonizadas,

especialmente, pela juventude que foi às ruas para protestar. De início, as manifestações eram contra o aumento das tarifas de transporte público, mas, posteriormente, se transformaram em insatisfação generalizada. As pautas foram ampliadas e incluíram outros temas, como: as reivindicações pelo direito à saúde e educação públicas; as denúncias de gastos considerados excessivos com a Copa do Mundo de Futebol; as manifestações de repúdio contra a corrupção; e a votação da proposta emenda constitucional que alterava os poderes do Ministério Público.

Diante do caráter estrutural da exploração e da opressão, a juventude brasileira tem sido protagonista na luta contra a retirada de direitos sociais e trabalhistas, contra o retrocesso na educação, saúde e demais políticas públicas. Certamente, estas mobilizações contribuirão para formar uma nova geração de lutadores do povo que assumirá o compromisso de completar a redemocratização da sociedade brasileira. E isso não ocorre sem a apresentação de um projeto político pautado em reformas estruturais e que dialogue com o nível de consciência das massas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G., & CORSI, F. L. (2010). Precarização do trabalho e nova precariedade salarial no Brasil na década de 2000 – Da tessitura da redundância à intermitência da contingência salarial. In: E. Toledo & J. Neffa, **Trabajo y Modelos Productivos en America Latina** (pp. 231-258). Buenos Aires: CLACSO.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bointempo, 2010.

AZEVEDO, M. A. de. & SILVA, L. L. S. (2016). **Trajetórias e percursos das políticas públicas para (jovens e) adultos no Brasil e algumas interfaces com Portugal**. *Olh@res*, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 124-144, novembro 2016. Disponível em: <<http://www.olhares.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/440/220>>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

BERNARDO, M. H. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toytismo a partir da vivência dos trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 16 jul.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

_____. **Lei n. 8.742, de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, 08 dez.1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

_____. **Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União, 6 de ago 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência

Social. **Política Nacional de Assistência Social** (Pnas/2004). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. **Conselho Nacional de Juventude**. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/>>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

CACCIA-BAVA, A. (et. all.). (2004). **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras.

CANESCHI, L. **A saída da Casa dos pais e a transição para a vida adulta**: trajetórias de jovens no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. 2015.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Fierbach, Bruno Bauer e Max Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Boitempo Editorial, São Paulo, 1986, p. 27-28.

NOVAES, R. **Juventude e sociedade**: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida (2), 2006.

OLIVEIRA, R. de. **Empresariado industrial e educação brasileira**: qualificar para competir. São Paulo: Cortez, 2005.

SAFATLE, V. (2012). **A juventude perdeu o medo do capitalismo**. (G. Z. Beatriz Macruz, entrevistador): Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2012/07/03/safatle-juventude-perdeu-medo-do-capitalismo/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

SANTOS, R. R. (2010). **Breve histórico do ensino médio no Brasil**. Anais do Seminário cultura e política na primeira república: campanha civilista na Bahia, Ilhéus, Brasil.

SAVIANI, D. Os saberes implicados na formação do Educador. In: BICUDO, Maria Aparecida Vigiani; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **Formação do Educador**: Dever o Estado, tarefa da Universidade. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1996.

SILVA, L. L.S.; AZEVEDO, M. A. Reforma Educativa a partir do ano 1990: implementação na América Latina e Caribe, e particularidades brasileiras. **HOLOS**, Natal, Ano 28, Vol 2. 2012, p.250-260. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/928>>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

SOUZA, R. M. de. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 351 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SPOSITO, M.; CARRANO P. C. R. (2003). **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. n. 24, Dez, 2003. p.24-39.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-463-4



9 788572 474634